

"Um projeto de nação para o Brasil".

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE). Rio de Janeiro, 2014.

<http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/estudos/fisenge1.pdf>

Portal da CUT

Metalúrgicos unificam ações em São Paulo

Trabalhadores da CUT, Conlutas e Intersindical realizaram atos conjuntos para pressionar patrões

Escrito por: FEM-CUT/SP • Publicado em: 01/10/2014

A rodada de negociação com a bancada patronal do Grupo 3 (que reúne os setores de autopeças, forjaria e parafusos), ocorrida nesta terça-feira (30), na sede do Sindipeças, deixou a FEM-CUT/SP e os sindicatos metalúrgicos filiados "irritados".

A bancada não apresentou nova contraproposta e manteve como reajuste 6,35% -- reposição integral do INPC da data-base da categoria, 1º de setembro – índice que já tinha sido rejeitado pela FEM na semana passada. "Nossa avaliação é muito ruim. Isso é uma falta de respeito com a nossa bancada. Muitos dirigentes vieram de longe para ouvir a mesma coisa", desabafa o presidente da Federação, Valmir Marques da Silva, Biro-Biro.

Biro informa que o caminho agora é intensificar as paralisações em todos os segmentos nos próximos dias no Estado. "Já iniciamos este movimento com a Conlutas, Intersindical e também vamos falar com a Força Sindical. Se as bancadas patronais não nos apresentarem uma proposta salarial com aumento real decente, a nossa resposta será o silêncio das máquinas", adverte. (abaixo confira as mobilizações)

Onda pessimista e eleições

O presidente dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, criticou a "onda pessimista" dos empresários e o proveito sobre o cenário eleitoral. "A Dilma está ganhando nas pesquisas, e eles não estão conformados com isso. Mas é o povo brasileiro quem quer", conta.

Marques disse que entende que o setor de autopeças passe por algumas dificuldades, mas ressaltou que tem um potencial gigantesco. "O governo sancionou a Lei de Rastreabilidade do conteúdo nacional, que está beneficiando o setor e crescerá muito em 2015", frisa.

Ações unificadas

Na próxima sexta-feira (3) de outubro, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fará uma assembleia geral para discutir os rumos da Campanha Salarial e organizar os trabalhadores para as paralisações na base.

Perguntado sobre a unificação dos protestos e greves com os metalúrgicos da Conlutas (São José dos Campos) e Intersindical (Campinas, Limeira e Santos), Rafael disse que a unidade "dá massa crítica e peso à luta dos metalúrgicos no Estado".

"Toda ação unificada é importante porque mostra a unidade das centrais e nos dará empenho para manter esta política exitosa dos últimos 12 anos destas Campanhas Salariais que são importantes instrumentos importantes de distribuição de renda. Não queremos interromper este ciclo. Tem muita margem para o salário dos trabalhadores continuar crescendo", finaliza.

Dia Estadual de Lutas com mobilizações e paralisações nas produções

Cerca de 2 mil metalúrgicos nas bases da FEM-CUT/SP, Conlutas (São José dos Campos) e da Intersindical (Campinas e Limeira) aderiram ao Dia Estadual de Lutas com mobilizações e paralisações nas produções ocorrido nesta terça-feira (30).

O objetivo é pressionar os patrões a destravarem as negociações e avançarem na pauta de reivindicações dos trabalhadores que estão em Campanha Salarial. A data-base das categorias é 1º de setembro. Esta decisão foi acertada em reunião com os presidentes das entidades no último dia 26, na sede da CUT, e a estratégia foi iniciar os protestos e paralisações, primeiramente, no setor de autopeças.

Somando todos os setores metalúrgicos, as três centrais representam cerca de 340 mil trabalhadores no Estado.

Na base da FEM-CUT/SP, os protestos iniciaram na região de Cajamar. O Sindicato dos Metalúrgicos realizou na manhã desta terça-feira (30) assembleias com protestos nas portas das fábricas da Brasforja (setor de forjaria) e da AJE (empresa ligada ao setor de autopeças). "Até agora, todas as bancadas apresentaram apenas a reposição da inflação como reajuste salarial e para nós não nos atende. Queremos um aumento real justo no salário", disse o diretor do Sindicato e da FEM-CUT/SP, José Carlos.

Conlutas e Intersindical

Já em São José dos Campos, o Sindicato dos Metalúrgicos organizou a paralisação de 24 horas na autopeças Eaton, que contou com a adesão de 450 trabalhadores. Na base da Intersindical, a greve atingiu cerca de 1.500 trabalhadores na Mahle, em Indaiatuba.

Greve por tempo indeterminado

Os sindicatos metalúrgicos da base FEM-CUT, SJC (Conlutas), Campinas, Limeira e Santos (Intersindical) também definiram que se até sexta-feira (3) de outubro as bancadas patronais não apresentarem uma proposta de reajuste salarial com aumento real que atenda à categoria metalúrgica, a partir do dia (6), as fábricas de todos os setores patronais vão parar.

Portal da CUT

Bancários param call centers e reforçam greve

Em São Paulo, complexos de algumas das principais instituições financeiras foram paralisados
Escrito por: Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região • Publicado em: 01/10/2014

A Vila Santander, telebancos do HSBC e do Bradesco, os centros administrativos ITM e Tatuapé do Itaú, SAC (Serviço de Apoio ao Cliente) e o CABBB (Central de Atendimento) do Banco do Brasil estão com as atividades paralisadas nesta quarta (1), segundo dia de greve da categoria. Esses complexos abrigam os call centers de algumas das principais instituições financeiras no país.

"Os trabalhadores estão de parabéns, pois percebem que nossa greve precisa crescer cada vez mais para que os bancos apresentem logo uma proposta que contemple nossas reivindicações", afirmou a presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Juvandia Moreira, que por volta das 8h estava ao lado dos trabalhadores do Telebanco Santa Cecília do Bradesco, no centro da capital.

Os funcionários do edifício Sé da Caixa Federal, da CSA (Central de Suporte Administrativo) e do complexo São João do BB, e de contingenciamentos do Itaú localizados nas ruas Jundiaí e Fábria também estão parados.

Há ainda grande adesão de bancários de agências das avenidas Voluntários da Pátria, Itaberaba e do bairro da Casa Verde, na zona norte, do corredor da Celso Garcia na zona leste, dos centros da capital e de Osasco, do bairro do Jaguaré, além da Avenida Paulista e Rua da Consolação.

Greve começou forte

A greve foi iniciada na segunda 30, após os bancários rejeitarem a proposta da federação dos bancos: 7,35% de reajuste para salários e verbas (0,94% de aumento real) e 8% para o piso (1,55% de aumento real). No primeiro dia, cerca de 16 mil trabalhadores paralisaram as atividades em 626 locais de trabalho, entre agências e quatro centros administrativos.

Em todo o país foram 6.572 unidades de bancos públicos e privados em 26 estados e no Distrito Federal.

Comando de greve

Integrado por dirigentes do Sindicato, da Fetec-CUT/SP, da Contraf-CUT, cipeiros, além de delegados sindicais da Caixa e do BB, o Comando de Greve reúne-se nesta quarta, às 16h30, na sede do Sindicato (Rua São Bento, 413). Outros bancários também podem participar.

Ato na Paulista

Os bancários, ao lado da CUT e de movimentos de moradia, agricultura familiar, sem-terra, realizam um grande ato na quinta-feira (2), contra a independência do Banco Central. Os trabalhadores devem se dirigir à sede do BC na Avenida Paulista, 1.804, a partir das 15h. No mesmo dia, também haverá manifestação nos prédios do BC em pelo menos mais nove capitais: Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém.

Portal da CUT

Fiscalização resgata trabalhadores em Capela (SE)

Explorados pela Usina Taquari estavam em situação análoga à de escravo

Escrito por: MPT em Sergipe • Publicado em: 01/10/2014

Fiscalização do Ministério Público do Trabalho (MPT) resgatou cerca de 40 trabalhadores em situação análoga à de escravo no município de Capela, a 64 km de Aracaju (SE). O flagrante ocorreu durante operação realizada no dia 25 de setembro. Os resgatados trabalhavam para a Usina Taquari e haviam sido recrutados por José Carlos Barbosa de Lima (contratado da usina) para prestar serviços como cortadores de cana. Eles estavam alojados em casebres, sem as mínimas condições de higiene. Dormiam em colchões sujos, sem lençóis e alguns, no chão. Cada alojamento abrigava 13 trabalhadores. Nos locais, não havia fogões, nem geladeiras. Segundo os trabalhadores, a empresa lhes cobrava R\$ 225 para pagamento de despesas, como moradia e alimentação.

O MPT localizou os representantes da Usina Taquari e a empresa transportou os trabalhadores para um hotel na cidade de Capela. Em seguida, um diretor da empresa, um engenheiro e o cabo de turma, foram até a sede da Polícia Federal em Aracaju para prestar esclarecimentos.

Além da situação degradante, o MPT-SE constatou também que eles foram trazidos de Alagoas de forma irregular, sem a emissão da Certidão Declaratória de Transporte de Trabalhadores (CDTT), documento obrigatório, emitido pelo MTE. Também não houve sequer a realização de exames admissionais na cidade de origem, bem como não tiveram as carteiras de trabalho assinadas previamente. De acordo com os trabalhadores, a usina reteve os documentos e até o momento do flagrante ainda não os tinha devolvido aos trabalhadores.

Como se não bastassem às diversas irregularidades praticadas pela empresa, no que diz respeito ao transporte e acomodação dos trabalhadores, uma equipe flagrou em uma das frentes de trabalho da Usina, empregados sem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas, botas e máscaras. No lugar das botas, usavam chinelas de plástico, o que não garantia a segurança deles.

Fiscalização – A operação foi conduzida pelo procurador do Trabalho Manoel Adroaldo Bispo, que investigava as condições de trabalho nos canaviais. Após flagrar a situação em que os trabalhadores se encontravam, o MPT deslocou mais uma equipe com o procurador-chefe do MPT-SE, Raymundo Lima Ribeiro Júnior, para colher provas e ouvir testemunhas. A operação contou ainda com o auxílio da Polícia Federal.

Portal da CUT

Terceirizações e calotes são marcas no Grupo Thá

Nas relações trabalhistas, maior conglomerado imobiliário do Sul do Brasil é um fracasso total
Escrito por: Sintracon Curitiba • Publicado em: 01/10/2014

O Grupo Thá é o maior conglomerado imobiliário do Sul do Brasil. É formado por três unidades de negócio: Incorporadora, Engenharia e Imobiliária. Tem em seu histórico mais de um século de atuação no mercado e aproximadamente 6 milhões de m² construídos.

Uma empresa com esse currículo pode-se afirmar como de sucesso. Se nos negócios o Grupo Thá tem do que se orgulhar, nas relações trabalhistas é um fracasso total. Há tempos a empresa vem dando problemas aos trabalhadores e ao Sindicato.

A prática de contratações é a raiz do problema. O Grupo Thá possui um baixíssimo número de trabalhadores próprios. Opta preferencialmente por tocar suas obras com empresas terceirizadas, muitas delas de pequeno porte e conhecidas no mercado pela alcunha de “gatos”. Com uma frequência assustadora, esses “gatos” simplesmente desaparecem e deixam os trabalhadores sem salários e direitos das verbas rescisórias. Também acontece dessas empresas ficarem totalmente sem condições de pagar.

O fato de esses “gatos” darem o calote nos trabalhadores não exime o Grupo Thá, uma vez que nesses casos há a responsabilidade solidária da empresa tomadora de serviços, prevista na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no artigo 455 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Mesmo assim, a Thá prefere deixar os trabalhadores largados à própria sorte. O Sintracon Curitiba tenta intervir e negociar com o Grupo para que os empregados dos “gatos” não fiquem abandonados, mas a posição da Thá é sempre a mesma: deixa a questão ir para a Justiça do Trabalho e só efetua qualquer pagamento em juízo. Pouco se importa se eles produziram em suas obras e geraram lucro para a empresa.

Há poucos dias, o Sintracon produziu um Boletim Informativo onde denunciava à categoria esse verdadeiro “balaio de gatos” que é o Grupo Thá. A empresa imediatamente enviou dois representantes jurídicos ao Sindicato que pediram com veemência para que parasse a distribuição do informativo. Em contrapartida, a empresa se comportaria de forma diferente em relação aos trabalhadores terceirizados.

O Sindicato deu um voto de confiança, mas o Grupo Thá não cumpriu com a palavra empenhada. Recentemente, o problema voltou a acontecer. A empreiteira Ribeiro e Silva, prestadora de serviços à Thá, deu o calote nos trabalhadores. O Sintracon tentou todos os meios de negociação para proteger o direito desses operários, mas os representantes do Grupo Thá tiveram a cara-de-pau de negar as tratativas com o Sindicato à Superintendência Regional do Trabalho (SRTE/MTE). O final da história repetiu a tradição negativa: o Sintracon e os trabalhadores tiveram que entrar com ação na Justiça do Trabalho. Até que o processo seja julgado, os operários ficam desamparados.

O Sintracon Curitiba está farto das falsas promessas do Grupo Thá e vai apertar o cerco na fiscalização de suas relações com empresas terceirizadas. Constatadas quaisquer irregularidades, os órgãos competentes serão acionados.

Portal da CSB

Justiça reconhece responsabilidade da grife Collins por trabalho escravo

Decisão de segunda instância determina que empresa deve pagar por infrações ocorridas em 2009 contra trabalhadora em oficina de costura terceirizada

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em São Paulo decidiu que a Collins tem responsabilidade solidária no cumprimento das obrigações trabalhistas com uma das costureiras empregada em 2009 em oficina de costura terceirizada pela grife em São Paulo. A Justiça considerou as condições de trabalho análogas às de escravos. À decisão, cabe recurso.

Ao entender que a empresa tem responsabilidade solidária, o TRT obriga a Collins a pagar à trabalhadora que entrou com ação todas as verbas rescisórias, multas e demais valores decorrentes da jornada exaustiva a que era submetida. De segunda a sábado, a vítima trabalhava 18 horas por dia, sem intervalo para refeição ou descanso, recebendo apenas R\$ 480 por cada um dos quase quatro meses em que esteve no local. A trabalhadora ainda relatou que teve seus documentos retidos e que tinha autorização para tomar banho somente uma vez por semana.

Para o desembargador e relator do caso Jonas Santana de Brito, da 15ª Turma do TRT em São Paulo, a decisão manda um "recado" para as empresas do setor têxtil: "Ao fazer um pedido para uma empresa menor, a empresa tem que saber quem vai produzir e de que forma será produzido. Não adianta alegar que não sabia como eram feitas aquelas roupas e acessórios".

Jonas explica que o pedido de responsabilização solidária da Collins foi feito pela trabalhadora, que já havia ganhado a causa em primeira instância. A decisão anterior, no entanto, considerou a responsabilidade da Collins como subsidiária no caso. Isso faria com que somente o empregador direto, terceirizado pela marca, tivesse de arcar com os custos. A grife ainda pode recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) contra a decisão, mas o pagamento das verbas trabalhistas não pode ser revisto, já que a Collins e os terceirizados não recorreram da decisão em primeira instância.

A Defensoria Pública da União em São Paulo atuou no processo representando juridicamente a trabalhadora. O defensor Daniel Chiaretti, que acompanha o caso, considera a decisão "extremamente favorável": "Apesar de o acórdão não ter efeito vinculante [que passa a valer para casos futuros com questão idêntica], ele ajuda no sentido de ter um precedente contra a Collins e pode ser usado como argumentação em outros processos".

Outro caso

Quase dois anos depois, em maio de 2011, a oficina foi fiscalizada por autoridades, que constataram o regime de escravidão a que eram submetidas onze vítimas.

Na época, a Collins, uma das maiores redes varejistas de moda feminina do país, era constituída por seis diferentes empresas que controlavam 87 estabelecimentos. Todas eram dirigidas pelo coreano Won Kyu Lee, o que fez os auditores do trabalho considerarem, no relatório fiscal, que a divisão buscava dificultar a fiscalização: "Percebe-se que a pulverização do grupo econômico Collins em pessoas jurídicas artificiais, de pequeno porte, visa a dificultar o controle e a fiscalização dos órgãos públicos. A dificuldade de rastreamento contábil da produção facilita, assim, o mascaramento da teia de subcontratações sucessivas que leva à precarização das relações de trabalho". Na ocasião a oficina também era terceirizada pela Collins, mas, à época, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) descaracterizaram a terceirização por considerá-la ilícita.

A *Repórter Brasil* procurou a empresa para obter um posicionamento quanto à condenação no TRT, mas a Collins não respondeu aos contatos da reportagem até o fechamento desta matéria. Dias depois da fiscalização, a empresa chegou a assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) fazendo a Defensoria Pública desistir de mover uma ação contra a marca por perda de objeto. No acordo, a Collins se comprometeu, entre outras coisas, a regularizar a situação de todos os seus funcionários e a visitar todas as oficinas terceirizadas para garantir o cumprimento da legislação. Parte desses itens acordados, no entanto, não foi seguida pela Collins, que está sendo convocada para audiência com o MPT. A empresa pode ter de pagar multa de R\$ 100 mil por item descumprido.

Fonte: Repórter Brasil

Portal da CSB

Profissionais liberais vão às ruas na França

Reforma de carreiras regulamentadas, como médicos e farmacêuticos, foi alvo de protestos

PARIS - Encerrada a greve de pilotos da Air France, um novo movimento teve início ontem na França. Médicos, farmacêuticos, fisioterapeutas, dentistas e outros profissionais liberais foram às ruas protestar contra a reforma proposta pelo governo de François Hollande que flexibiliza as carreiras regulamentadas e protegidas da concorrência. O objetivo é reduzir os privilégios da classe, cujos benefícios resultariam em mercado fechado e preços elevados.

As manifestações foram realizadas na capital, Paris, mas também em Bordeaux, Marselha, Montpellier, Nantes e Toulouse, e envolveram profissionais de 70 áreas – de um total de 200. A

mobilização foi maior nas áreas médica e biológica. Segundo sindicatos setoriais, 77% dos consultórios, farmácias e escritórios fecharam as portas no país. De acordo com a Ordem dos Farmacêuticos da França, 90% das 22 mil farmácias, que empregam 150 mil pessoas, fecharam as portas ontem, liderando o protesto em todo o país.

Os farmacêuticos lutam contra o fim do monopólio na venda de medicamentos – o projeto prevê que supermercados possam oferecer remédios que dispensem receitas médicas. “Em 30 anos de carreira, é a primeira vez que eu vejo uma mobilização. É realmente excepcional”, comemorou Isabelle Adenot, presidente do Conselho da Ordem dos Farmacêuticos. “Nosso papel também é defender a honra da profissão. É por isso que apoiamos a mobilização.”

Um dos temores dos farmacêuticos é de que a venda de medicamentos em supermercados roube-lhes mercado e faça os preços baixarem em um primeiro momento, mas provoque o fechamento de farmácias e o posterior aumento dos preços.

Além dos farmacêuticos, 70% dos médicos, 60% a 70% dos dentistas, 50% dos enfermeiros e arquitetos e 50% dos veterinários e dos advogados teriam cruzado os braços ontem, ainda segundo os sindicatos – não houve avaliação do governo para contrapor esses dados.

“É um dia histórico, porque a greve teve alta adesão em todos os setores. Não convocamos a manifestação, mas muita gente desfilou”, disse Michel Chassang, presidente da União Nacional dos Profissionais Liberais (Unapl).

Em Paris, o movimento começou ainda pela manhã, quando centenas de profissionais, em especial das áreas médicas, saíram às ruas vestindo jalecos brancos e com apitos e cartazes contra a proposta de desregulamentação.

Os manifestantes fizeram uma passeata entre a Esplanada dos Inválidos, passando pelo Senado e encerrando em frente ao Ministério da Economia, que elabora o projeto de reforma. Segundo o ministro da Economia, Emmanuel Macron, os protestos de ontem foram “legítimos”, e devem abrir uma fase de “soluções concertadas” na reforma.

Fonte: ANDREI NETTO – O ESTADO DE S.PAULO

Portal Mundo Sindical

Sindicatos podem registrar atas de eleições nos cartórios

A iniciativa do Departamento Jurídico da Força Sindical em convocar os advogados das demais Centrais surtiu efeito, pois a partir daí outras reuniões ocorreram e finalmente em 08 de setembro de 2014, o Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Hamilton Elliot Akel, acolheu o pedido de reconsideração e reformou a decisão anterior que exigia número máximo de 07 diretores e mandato sindical de 03 anos.

A nova decisão tem caráter normativo e o corregedor afirma em seus fundamentos que “Recebi, em meu Gabinete na Corregedoria, representantes de inúmeras entidades sindicais (sindicatos, federações e centrais sindicais), relatando as dificuldades que vêm enfrentando para sua administração, em virtude da recusa dos registradores à averbação de atas semelhantes....Reanalizando a questão, à luz dos argumentos que me foram submetidos, levando em consideração, de um lado, o princípio da liberdade sindical, consagrado constitucionalmente e, de outro, a real natureza jurídica dos entes sindicais interessados, conclui que devo reconsiderar minha decisão anterior.”

Na reunião com o corregedor estiveram presentes o secretáriogeral da Força Sindical, Joao Carlos Gonçalves, o Juruna, e os assessores jurídicos Cesar Augusto de Mello e Antônio Rosella.

“Nós agimos rapidamente e envolvemos as outras Centrais, o que fez com que a Corregedoria tomasse conhecimento do problema que havia criado para todas as entidades sindicais no Estado de São Paulo, inclusive as Patronais”, disse Mello. Foi contemplado o pleito das entidades sindicais e o resultado acabou sendo positivo evitando eventual demanda que poderia durar um bom tempo.

Para ler a íntegra da decisão: <http://www.fsindical.org.br/new//midias/arquivo/638-decisao-cartorio-08-09-2014.pdf>

Fonte: Assessoria Jurídica da Força Sindical - 30/09/2014

Diap, 01/10/14

Jornada Mundial pelo Trabalho Decente e o desenvolvimento sustentável

Na próxima terça-feira, 7 de outubro, a Confederação Sindical Internacional (CSI) realizará em mais de 150 países a Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, este ano com o lema “Justiça para os trabalhadores e trabalhadoras, Justiça climática”.

Em entrevista à Central Única dos Trabalhadores (CUT), o presidente da CSI, João Antonio Felício, faz uma reflexão sobre o significado da jornada, que reafirma a luta pelo desenvolvimento sustentável.

De que forma a luta pela justiça climática dialoga com a luta pelo desenvolvimento sustentável?

Há, evidentemente, um vínculo direto entre a exploração de recursos naturais, contaminação e exploração da classe trabalhadora. Afinal, não é à toa que geralmente são as mesmas empresas que contaminam e/ou destroem comunidades e que também permitem que seus funcionários se encontrem em condições precárias e até mesmo de escravidão, como ocorre nos setores de mineração e desflorestamento. Precisamos pensar na defesa do meio ambiente junto a um modelo justo de desenvolvimento para todos os países, uma vez que os efeitos devastadores da poluição e das mudanças climáticas não farão com que os objetivos do trabalho decente se concretizem. Não podemos permitir que uns poucos continuem usufruindo das benesses da superexploração da grande maioria. O caminho de diálogo social construído em nosso país nos últimos anos demonstra ser o mais correto para garantir e aprofundar avanços.

Qual a importância da defesa do meio ambiente para a classe trabalhadora?

A defesa do meio ambiente é essencial para os trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que somos os primeiros a sentir os reflexos daninhos da degradação, que impacta obviamente àqueles que estão mais expostos às substâncias químicas, às condições de insegurança e insalubridade. Somos os que perdemos mais anos de vida e de saúde. Por isso temos lutado tanto para que a agenda pós 2015 da Organização das Nações Unidas (ONU) assegure que o pleno emprego, o trabalho decente e os pisos de proteção social constituam pilares centrais na ação mundial.

E a responsabilidade dos governos nesta ação?

Vivemos num mundo em que a grande maioria dos governos, infelizmente, tem optado por políticas que aumentam ainda mais a desigualdade social e que ampliam as assimetrias entre países e povos, negando à classe trabalhadora o direito a um desenvolvimento sustentável. Mesmo bens comuns essenciais à continuidade da vida, como a biodiversidade, a água, as sementes, os bosques e a energia têm sido alvo da cobiça dos países centrais e de suas transnacionais, que tentam inclusive apropriar-se dos conhecimentos repassados de geração a geração para transformá-los em mercadoria. Assim, parcela expressiva das instituições internacionais apenas reproduz os interesses do grande capital, o que tem impactado negativamente na democracia e na inclusão social. Desta forma, ao invés de um modelo de desenvolvimento sustentável, que respeite o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, o que vemos são medidas impostas a favor do mercado financeiro e dos interesses de grandes empresas e grupos políticos vinculados a eles. Daí a importância da nossa unidade e mobilização, levando às ruas de todo o mundo no próximo dia 7 as nossas reivindicações.

Este é o espírito da Plataforma para o Desenvolvimento das Américas (PLADA), proposta pela Confederação Sindical das Américas (CSA)?

Exatamente. A PLADA aponta que o reconhecimento do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e as diferentes capacidades, são a pedra angular do regime internacional da mudança climática e para a superação do atual impasse. Daí porque resulta crucial a identificação dos responsáveis pelos maiores danos ao meio ambiente, pois é sobre estes que deverá recair o maior peso relativo à adaptação e mitigação do problema. Esta é uma questão chave para garantir o acesso igualitário a todos os povos a padrões mínimos de desenvolvimento, pois do contrário aceitaríamos a situação de que quem já cresceu - subindo nos degraus da devastação e da degradação ambiental - agora, poderia chutar a escada. O resultado seria, obviamente, catastrófico, com a manutenção e ampliação das históricas desigualdades e injustiças. Nas Américas, colocamos como prioridade estratégica incidir na disputa e construímos a PLADA como importante ferramenta nesta disputa. Ela é uma formulação política estratégica de médio e longo prazo que aborda a questão nas suas dimensões política, econômica, social e ambiental.

Sobre a incompatibilidade entre o atual padrão de consumo de uma pequena elite e o resto do planeta, o que fazer?

Enfrentar o consumismo exacerbado e da manutenção de padrões insustentáveis de uma ínfima minoria é uma questão chave para a classe trabalhadora pela responsabilidade que têm, junto a outros fatores, no problema das mudanças climáticas. Estas alterações do clima são algo que dialoga não apenas com a saúde e segurança, mas com a própria manutenção dos postos de trabalho. Registramos hoje os níveis de carbono mais altos da história e, sem políticas públicas e uma ação enérgica e bastante coordenada, ficará cada vez mais difícil estabilizar o aumento da temperatura. Por isso, frente à urgência de transformações que ponham em xeque o nosso próprio futuro enquanto Humanidade, defendemos uma transição justa, com a participação efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras nos processos de diálogo e elaboração, para que as decisões a serem tomadas espelhem as reais necessidades do mundo do trabalho e do conjunto dos países envolvidos.

Neste processo, articulação e mobilização são duas faces da mesma moeda?

Para a consolidação deste novo modelo produtivo, são fundamentais as alianças com os demais movimentos sociais, unindo ecologistas, indígenas e mulheres, a fim de que, somando esforços, nossas posições reverberem e nos convertamos em referencial para todos aqueles que se dedicam à construção de um novo tempo, com melhores condições de vida e de trabalho. É este o compromisso da jornada. (Fonte: CUT)

Diap, 01/10/14

PAC-IBGE identifica crescimento de empregados no comércio

O número de pessoas empregadas no comércio cresceu 6,4% entre 2011 e 2012, segundo dados da Pesquisa Anual do Comércio (PAC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O total de pessoas ocupadas no setor passou de 9,6 milhões, em dezembro de 2011, para 10,2 milhões, em dezembro de 2012.

Entre os três grande subsectores, o maior crescimento foi observado no comércio varejista (6,8%), ao passar de 7,06 milhões de trabalhadores, em 2011, para 7,54 milhões, em 2012. O atacado teve um aumento de 6,1% no pessoal ocupado, ao passar de 1,63 milhão para 1,73 milhão no período. Já o emprego no comércio de veículos, peças e motocicletas cresceu 4,5%, 913,7 mil para 954,5 mil de pessoas ocupadas.

Entre os principais empregadores em dezembro de 2012, estão as atividades de hiper e supermercados, 1,14 milhão de pessoas; de material de construção, 970,1 mil; e de artigos de vestuário e complementos, 938,9 mil.

O número total de empresas no comércio cresceu de 1,6 milhão, em 2011, para 1,61 milhão, em 2012, uma alta de 0,9%. Já a receita operacional líquida do segmento cresceu 16,4%, de R\$ 2,1 trilhões para R\$ 2,4 trilhões no mesmo período. Os salários, retiradas e outras remunerações cresceram 18,4%, chegando a R\$ 150,9 bilhões.

As despesas das empresas comerciais, em 2012, somaram R\$ 319,1 bilhões, sendo R\$ 135,4 bilhões com outras despesas operacionais e não operacionais, 42,4% do total; R\$ 61,2 bilhões com serviços prestados por terceiros, 19,2%; e R\$ 59,1 bilhões com despesas financeiras, 18,5%.

As empresas também gastaram R\$ 30,7 bilhões com alugueis de imóveis e condomínio, 9,6% do total; R\$ 13 bilhões com energia elétrica, gás, água e esgoto, 4,1%; R\$ 11,7 bilhões com impostos e taxas, 3,7%; e R\$ 8 bilhões com serviços de comunicação, 2,5%. (Fonte: Agência Brasil)

Portal do MST

Quem aperta o gatilho nos assassinatos do campo no Pará?

Por Marcio Zonta - Da Página do MST

Na última semana mais duas mortes ocorreram em circunstância de conflito agrário no sudeste paraense. Dessa vez, o palco foi a cidade de Bom Jesus do Tocantins, cerca de 70 quilômetros de Marabá.

O líder camponês, Jair Cleber dos Santos, foi alvejado pelo gerente da Fazenda Gaúcha, conhecido como Neném, após a tentativa de um acordo para que o funcionário da propriedade liberasse a entrada de tratores para melhoria da vicinal, onde acampam 300 famílias há mais de seis anos.

No meio da confusão, mais cinco trabalhadores rurais foram baleados pelos pistoleiros contratados pelo gerente, e o tratorista da prefeitura, Aguinaldo Ribeiro Queiróz, que esperava uma definição para iniciar o trabalho, também foi assassinado por Neném.

A Fazenda pertence a Jacundá Agro Pastoral LTDA, cujo presidente é o empresário e pecuarista paulista Lucas Carlos Batistela.

Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra de Marabá (CPT), a área da fazenda foi grilada e pertence à União. Há seis anos tramita uma ação civil pública ingressada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na 2ª Vara Federal de Marabá, sem decisão.

As mortes, que seguem todos os elementos triviais nos assassinatos de trabalhadores rurais no sul e sudeste paraense, campeões de óbitos no campo do Brasil, suscitam rumores sobre o que estaria ocorrendo na maior superintendência agrária do país. O Incra de Marabá assiste aproximadamente 400 assentamentos no Pará.

A superintendente

A julgar pelos três, talvez, mais emblemáticos superintendentes do Incra de Marabá nos últimos anos, pode-se imaginar porque os trabalhadores rurais têm pagado com a própria vida o objetivo de conquistar um pedaço de terra.

A atual deputada estadual Benadete Ten Caten (PT-PA), foi superintendente regional do Incra de Marabá entre os anos de 2003 e 2006. Nesse período, a deputada teria montado seu esquema de sustentação política e financeira.

Disso, inclusive, resultou-lhe processo por desvio de verba na Justiça Federal, onde foi condenada em 1ª e 2ª Instâncias, tornando-a inelegível.

Já nos anos 2012 e 2013, o marido de Bernadete, Luis Carlos Pies, esteve na superintendência como secretário, com fortes indícios de dar continuidade a trama de Bernadete.

"Penso que vem daí o financiamento, envolvendo presidentes de associações de lavradores e sindicatos beneficiários com a atuação dela em toda a região", ressalta o advogado Ademir Braz, que vem acompanhando os casos de corrupção do Incra.

Este ano, o Ministério Público Federal (MPF) iniciou uma investigação no município de Conceição do Araguaia, onde descobriu que um secretário de finanças tinha forte participação num esquema de desvio de verbas, que perdurava por dez anos, favorecendo justamente políticos ligados ao "PT pra Valer", a tendência de Bernadete.

Em Itupiranga, outro município do sudeste paraense submetido ao Incra de Marabá, mais um escândalo envolveu agricultores ligados a Ten Caten em falcaturas com verba do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

E, enquanto, Bernadete Ten Caten, consolava a viúva de Jair no velório no dia 24 de setembro, seu partido recebia do Grupo Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas, o maior grileiro de terras do Pará, R\$ 1,1 milhão para custear campanhas eleitorais.

Conforme estudo da CPT, 72% das áreas em poder do grupo Santa Bárbara seriam compostas por terras públicas federais ou estaduais.

O filho de Bernadete, Dirceu Ten Caten concorre no pleito de outubro ao cargo de deputado estadual no Pará.

Bom rapaz

Tempos depois de Ten Caten deixar a superintendência do Incra, outro personagem merece destaque. O jovem Edison Bonetti assumiu a instituição por apenas três meses, em 2103.

Sua gestão, para além da manutenção das fraudes do Incra, foi alvo de revolta por parte de movimentos sociais e entidades de direitos humanos. E março de 2013, a CPT de Marabá e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri), protocolaram uma representação no MPF solicitando investigação na atuação de Bonetti.

O motivo: Bonetti beneficiou com um lote de Reforma Agrária, José Rodrigues Moreira, o mandante dos assassinatos do casal extrativista José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, ocorrido em maio de 2011.

O lote ficava no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, em Nova Ipixuna (PA), o mesmo que estaria em disputa e, por consequência, levado a morte o casal.

"Os fatos configuram atos de improbidade administrativa, infrações preliminares previstas na lei 8.112/90 e crimes contra a Administração Pública praticados por agentes públicos com participação de particulares, não foi equívoco, não foi displicência, o superintendente tinha total conhecimento da situação", menciona José Batista Afonso, advogado da CPT.

Com a pressão, Bonetti abandonou o cargo. Porém, ficou pouco tempo desempregado. Logo foi convidado para ser gerente de negócios do empresário e fazendeiro Rafael Saldanha, trabalho que exerce até os dias atuais.

Rafael Saldanha é réu na ação penal pela morte dos trabalhadores rurais Onalício Araújo Barros (Fusquina) e Valentim Silva Serra (Doutor), assassinados em 26 de março de 1998 pela articulação do grupo de fazendeiros ao qual Saldanha faz parte.

Após as primeiras investigações do assassinato, a juíza de Parauapebas, Maria Vitória Torres do Carmo, decretou a prisão provisória dos fazendeiros Rafael Saldanha e Geraldo Teotônio Jota, o "Capota", acusados de cúmplices nos assassinatos dos dois líderes do MST.

Porém, o estado do Pará nunca cumpriu a determinação, e a ação penal contra os fazendeiros está prestes a prescrever.

Substituição

Saiu Bonetti, entrou na superintendência Eudério Coelho, atual comandante da instituição. A figura de Eudério seria a mais frágil de todos os superintendentes levando em consideração a escala de poder do grupo que aparelha o Incra, da tendência PT para Valer.

"O monopólio que o PT exerce na direção do Incra só trouxe prejuízo aos camponeses, e só trouxe poder ao grupo ao qual o Incra está submetido. Todos os superintendentes da instituição nos últimos anos só trabalharam para obter como resultado final a eleição de prefeitos, vereadores e deputados", denuncia Charles Trocate, do MST.

As últimas declarações e atos de Eudério ilustram o cenário. Em nove de junho deste ano, em reunião com a coordenação do MST, após ocupação da fazenda de Rafael Saldanha em Marabá, onde 40 pistoleiros atacavam as famílias acampadas, o superintendente afirmou: "lavo as mãos e não atuei contra o latifúndio no Pará".

Na mesma ocasião disparou na imprensa nacional a favor do fazendeiro. "Inspecionamos as duas áreas recentemente e verificamos que elas não têm problemas".

Além do mais, demonstrou a prévia negociação com o fazendeiro. "Vamos pedir que os Sem Terra deixem as duas fazendas. Eles saindo, vamos procurar conversar com os donos e verificar se eles têm interesse em vendê-las, pois não podemos simplesmente desapropriá-las", declarou Coelho.

Semanas depois, um laudo do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) comprovava que as terras ocupadas pelo MST eram griladas, improdutivas e com crimes ambientais, já que se tratava de área de concessão de afloramento, jamais podendo ser destinada para pasto, por ser uma zona de castanhal.

A defesa publicamente de Eudério a favor do fazendeiro revelaria, inclusive, à inoperância da Delegacia de Conflitos Agrário de Marabá (Deca), que negou investigar a investida de pistoleiros contra os acampados das fazendas de Saldanha.

Comportamento que se repetiu com os acampados da Fazenda Gaúcha. Mesmo após inscrever 11 ocorrências de Jair e da comissão coordenadora das famílias do acampamento, a última em agosto desse ano, denunciando a ameaças de mortes deferidas constantemente pelo gerente Neném, nada fez.

No enterro de Jair, um agricultor, que prefere não ter sua identidade revelada, desabafava. Para ele a arma que matou o amigo e o tratorista é manipulada por muita gente. "Quem aperta o gatilho para matar trabalhador rural no sul e sudeste do Pará é o PT pra Valer, é o Incra, é a Deca, é o fazendeiro empresário que grila terras e a justiça sempre morosa e a favor do latifúndio", define.

Agência Brasil, 01/10/14

OIT: quase metade dos idosos no mundo não recebe aposentadoria

Pelo menos 48% das pessoas em todo o mundo, com idade para se aposentar, não recebe nenhum tipo de benefício, enquanto os 52% que têm acesso a algum provento não recebem o valor adequado. É o que indica o estudo divulgado, hoje, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em razão do Dia do Idoso.

No Brasil, os dados indicam que 86,3% das pessoas com idade para se aposentar recebem algum tipo de benefício. Os idosos no país somam 26,3 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número representa 13% da população. A expectativa é que esse percentual aumente e que, em 2060, chegue a 34%, segundo previsão do IBGE.

A instituição alerta que a maior parte dos homens e mulheres idosos, em todo o planeta, não têm renda garantida ou direito à aposentadoria e precisa continuar trabalhando como pode, geralmente recebendo pouco e em situações precárias. Setecentos milhões de pessoas no mundo têm 60 anos de idade ou mais e o número pode dobrar até 2030, segundo dados das Nações Unidas.

O estudo mostra que, nos últimos anos, muitos países de média e baixa renda expandiram consideravelmente a cobertura previdenciária com a concessão de pensões sociais financiadas por impostos. O levantamento foi feito em 178 países e aponta que mais de 45 deles alcançaram cobertura previdenciária de 90%, enquanto mais de 20 países, considerados em desenvolvimento, alcançaram ou estão perto da cobertura previdenciária universal.

Os avanços mais expressivos, segundo a pesquisa, ocorreram em países como China, Tailândia, Timor Leste e Tunísia, onde a cobertura previdenciária passou de cerca de 25% para mais de 70% em apenas uma década. "Pensões financiadas por impostos têm um papel importante na expansão da cobertura previdenciária, já que garantem um nível básico de proteção para os que não recebem pensão por tempo de contribuição", informou a OIT.

A entidade destaca, entretanto, que, tão importante quanto expandir a cobertura previdenciária é o pagamento adequado de benefícios, uma vez que homens e mulheres idosos têm o direito de se aposentar com dignidade.

ESCUELA NACIONAL SINDICAL (ENS) - COLOMBIA

En Estados Unidos la situación laboral y sindical no es color de rosa, y cada día empeora

Entrevista con Brian Finnegan, de la AFL-CIO.

Rebanadas de Realidad - ENS, Medellín, 30/09/14.- Es un hecho que el modelo económico neoliberal -en lo que a garantías y derechos laborales y sindicales se refiere- ha hecho estragos en todo el mundo; tanto que ni el propio Estados Unidos, país donde se "cocinó" y afianzó este modelo, se salva de tales estragos, los cuales se materializan en fenómenos como: congelamiento de salarios desde hace muchos años, incremento del trabajo informal y el empleo precario, persecución y acoso

al movimiento sindical, y un sistema fiscal que abiertamente favorece a los ricos y poderosos, entre otros.

Es la conclusión que salta de bulto de la entrevista que esta agencia de información le hizo a Brian Finnegan, Coordinador Global de Derechos Laborales de la AFL-CIO, la principal confederación sindical de Estados Unidos.

El señor Finnegan fue uno de los delegados fraternales del sindicalismo internacional invitado al VI Congreso de la CUT en Santa Marta, y con él sostuvimos esta breve conversación:

Se cree que, a diferencia de lo que sucede en los países del llamado tercer mundo, Estados Unidos es un país sin mayores problemas laborales y sindicales. ¿Es cierta esa apreciación?

No lo es. Hay que reconocer que tenemos muchos problemas laborales y sindicales. Para comenzar, está el tema de los salarios, que es lo que más preocupa al trabajador. Tenemos 40 años con salarios congelados, no hay aumento real desde 1973.

¿Y cómo se define allá el aumento salarial?

No hay una regla como acá en Colombia, donde el aumento salarial se define cada año vinculado a un índice de precios, al IPC. Eso no existe en Estados Unidos. El aumento depende del poder del movimiento sindical para negociar colectivamente a nivel de cada empresa, ni siquiera por sector. En los años 90 tuvimos un aumento del salario mínimo, que quedó en 7 dólares y 25 centavos por hora, que es muy poco. Es un salario de miseria que no da para subsistir una persona en una ciudad, mucho menos una familia. En varios estados y ciudades tenemos salarios mínimos diferenciados, y ahí sí hemos logrado algún avance, se ha podido mejorar ese salario mínimo. Pero como dije, el salario promedio no ha aumentado desde hace 40 años, mientras el lucro de las empresas sí ha subido bastante. Ahora hay proyectos de ley, esfuerzos para lograr que aumente.

¿Y eso qué efecto ha tenido en el frente de la equidad, del bienestar social?

Y eso ha llevado a un aumento fuerte de la desigualdad. Es un proceso que se inició desde los años 80 en Estados Unidos, que cada vez está peor en el tema de la equidad. La concentración de la riqueza allí es más fuerte en comparación con Canadá y muchos países de Europa. Hasta el punto de que algunos ricos están preocupados, porque en el largo plazo eso tampoco les sirve a ellos, puede haber una rebelión o problemas serios.

¿Entonces ya podemos hablar de que hay lucha de clases en Estados Unidos?

Yo diría que sí, pero la tendencia es a negarlo, o a no llamarlo con ese nombre. Pero la gente sí tiene claro que hay conflicto de clases, que los ricos cada vez se benefician más de la riqueza del país. Desde hace unos seis años hay crisis financiera y de empleo, que se supone que ya terminó. Pero la recuperación ha sido para los ricos, porque para los trabajadores, en términos de oferta de empleo, la crisis no ha terminado. Los puestos de trabajo que se han creado son precarios, empleo informal. O sea que en el tema laboral seguimos estando en muy malas condiciones. También es necesario modificar el sistema de impuestos, para que éstos sean más progresistas. En los años 80 y 90 tuvimos una serie de recortes de impuestos a los ricos, y ahora está pasando lo mismo con las empresas, que tienen mil maneras de esconder las ganancias y no pagar impuestos. De modo que con salarios que no aumentan, con incremento del empleo precario, y con un sistema fiscal que beneficia a los ricos, estamos en una situación muy difícil.

Usted habló de informalidad laboral. ¿Cómo se da ésta en Estados Unidos?

De muchas formas, es muy común. Muchas empresas lo hacen, inclusive las más grandes. Acuden a contratar con agencias de empleo que tercerizan el trabajo. Hoy es común que en una empresa por lo menos la mitad de los trabajadores sean subcontratados, y éstos tienen salarios más bajos, menos estabilidad y menos derechos. Son muchas prácticas y gama de cosas, igual que acá en Colombia. Allá no tenemos cooperativas exactamente, ni SAS, pero existe la tercerización, bolsas de empleo. También hay informalidad ilegal. Por ejemplo, casos en el que al trabajador se le paga al día y en efectivo, y de eso no queda ningún registro. En esa situación están sobre todo trabajadores migrantes. Lo más grave es que al trabajador informal lo clasifican como un pequeño empresario cuentapropista.

¿Podríamos decir entonces que la informalidad afecta más a los inmigrantes?

Antes era así, pero el fenómeno está creciendo y está afectando a todo el mundo, no sólo a los inmigrantes. Como dije, las empresas multinacionales en sus fábricas enormes tienen doble forma de contratación: empleo formal por un lado, pero empleo informal por el otro. Trabajadores que realizan el mismo oficio pero ganan muy distinto. Hay una gama muy grande de prácticas para negar o esconder la relación laboral, y poner una distancia entre empleador y trabajador. Por ejemplo, en las universidades los profesores tienen contrato por no más de un semestre, no tienen beneficios, ni seguro de salud, ni jubilación. Solamente enseñan un curso durante 4 meses, y chao.

¿Y qué pasa en el sector de las comidas rápidas? Un sector que ha estado muy agitado, este año ha protagonizado grandes movilizaciones de protesta.

Hay mucha movilización, muchos paros exigiendo un salario digno, que dé para sobrevivir. En una época en el sector de las comidas rápidas trabajaban casi siempre jóvenes, estudiantes que hacían esos trabajos para obtener un ingreso y ayudarse en sus estudios. Ahora esos jóvenes ya son adultos y padres de familia, y siguieron trabajando en comidas rápidas porque no tienen más opciones laborales, tratando de sobrevivir con un salario muy bajo. Por eso es muy necesaria la movilización de esos trabajadores.

¿Qué tan fuerte está el movimiento sindical en Estados Unidos?

Hemos rebajado bastante su fuerza. Desde los años 50 del siglo pasado, que fue el ápice, cuando el 38% de toda la fuerza laboral del país estaba sindicalizada y gozaba de negociación colectiva. En el sector público la sindicalización hoy es del 18%, y en el sector privado bajó al 7%. Así que el promedio de la fuerza laboral asociada a sindicatos es en promedio del 12%. Además en el sector privado hay mucha represión antisindical y despidos de trabajadores. La gente forma un sindicato y lo pueden despedir. Cada año hay 30 mil trabajadores despedidos por ejercer la actividad sindical.

¿Luego eso no es un delito?

Sí, es ilegal, pero lo que es difícil es probarlo, y el sistema de justicia laboral es muy lento en esos procesos, puede demorar hasta 10 años una sentencia. Además esa política antisindical tiene mucho que ver con el partido que esté en el gobierno. Ahora con Obama está funcionando mejor que con Bush antes.

A propósito de Obama, ¿en el sindicalismo hay desencanto con su gobierno, con sus promesas no cumplidas?

Sí. Hay desencanto. Aunque tenemos bien claro que Obama en sus dos mandatos ha sido mejor que el gobierno de Bush, nadie pone en duda eso. En muchas cosas ha sido positivo Obama, pero en muchos sentidos ha sido una decepción.

Organizado por Ernesto Germano